

Emenda do Senado pode derrubar decisão do TSE

Idéia é atropelar prazos e discussões começam hoje mesmo; deputados estudam entrar com ação no Supremo

Katia Guimarães e Gisele Teixeira*
de Brasília

O Congresso reagiu rápido à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de obrigar os partidos a vincular as coligações estaduais às nacionais. A resposta mais dura veio do Senado, que obteve 54 assinaturas – o dobro do necessário – e apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que assegura aos partidos autonomia para definir alianças em todos os níveis. Com o caos instaurado, o assunto tomou conta dos corredores do Legislativo e os sena-

dores mostraram-se os mais incoformados. Candidatos aos governos estaduais ou ligados ao pleito majoritário, eles são os mais prejudicados pela decisão. “Mais de 90% da classe política é contra a medida”, afirmava o presidente do Congresso, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Correndo contra o tempo, a emenda sugerida pelo Senado já começa a ser discutida hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A ordem é atropelar os prazos e votar a PEC em no máximo uma semana a exemplo do que foi feito com a que-

bra da imunidade parlamentar no final do ano passado.

Ainda na manhã de ontem, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), criou uma comissão — composta pelos senadores José Fogaça (PPS-RS), José Eduardo Dutra (PT-SE), Francelino Pereira (PFL-MG) e Jefferson Péres (PDT-AM) — para redigir a proposta. “Se houver vontade política, votamos em uma semana”, disse Dutra.

A sugestão de se elaborar uma PEC foi feita por José Fogaça. O texto explicita a prerrogativa dos partidos pa-

ra “definir a estrutura, organização e os critérios de suas coligações sem vinculação de obrigatoriedade”. Ou seja, a imposição de uma verticalização nas alianças só poderá ser determinada por uma outra mudança constitucional. O que poderá ser decidido pelos parlamentares num prazo razoável antes das eleições.

Na Câmara, o tema também foi o assunto do dia, mas as opiniões eram divergentes. O PT optou por atuar em duas frentes. Apresentar um projeto de Decreto Legislativo anulando a medida e recorrer ao Supremo com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Para muitos o decreto pode não prevalecer sobre as normas da legislação eleitoral, o que causaria uma crise entre os Poderes.

Quanto à segunda hipótese, avalia-se que os parlamentares podem ser derrotados pois uma jurisprudência no STF quanto as decisões do TSE não permitiria modificar a decisão. “Se o Congresso quer ter palavra a decisão tem que sair por aqui”, afirmou o senador Dutra. “Quando as questões são políticas dependem do voto de cada um e não do governo”, completou o líder do PFL, José Agripino Maia (RN), sobre a possibilidade da aprovação da medida.

O clima ainda era muito confuso. O presidente do PT, José Dirceu (SP), disse que era preciso aguardar a para calcular o impacto da medida nos estados e municípios. O assunto acabou virando motivo de piada entre os parlamentares que sugerem formas pouco usuais de candidaturas e coligações com a nova regra. Uma delas é a “laranja”, quando um candidato sai para disputa mas na verdade seus aliados apoiam informalmente outro. A outra é a chapa “camarão”, em que não há um cabeça. E a coligação

Quem perde e quem ganha	
Lula (PT)	Ficam ameaçadas as alianças com o PL e com setores insatisfeitos do PMDB. Por outro lado, pode ser a única alternativa de oposição no pleito.
Serra (PSDB)	Aparentemente, quem mais ganha com a decisão, pois pode repetir a aliança PSDB/PMDB/PFL. Porém, a decisão complica o quadro em colégios eleitorais importantes, como Minas Gerais, São Paulo e Goiás, onde PMDB e PSDB estão em campos opostos.
Roseana (PFL)	Corre o risco de ficar isolada na corrida presidencial se não fizer alianças e até sofrer pressões para a retirada de seu nome da corrida presidencial. Mas há setores que ainda apostam em uma coligação do partido com o PMDB.
Garotinho (PSB)	Também pode ficar isolado, já que até agora não fechou coligações. Além disso, ficaria impossibilitado de fechar acordo com partidos maiores no plano estadual. Por outro lado, vai dificultar o acordo do PT com o PL.
Ciro Gomes (PPS)	Aparece com alguma vantagem por já ter acenado acordo com o PDT e o PTB, mas fica fora dos palanques mais importantes.

branca, quando vários partidos se apoiam extraoficialmente.

O presidente Aécio Neves (PSDB-MG), adotou uma postura cautelosa. Limitou-se a dizer várias vezes ser contra o decreto, por achar que se criaria uma crise desnecessária entre poderes. Já o Secretário Geral da Presidência, Arthur Virgílio (PSDB), assumiu o tom do governo. Para ele, a decisão é conceitualmente justa, mas veio na hora errada.

A verticalização das coligações também repercutiu no próprio Judiciário. Para o presidente do STF, Marco Aurélio Mello, a aprovação de um decreto legislativo derrubando o entendimento adotado pelo TSE não resultará em uma crise entre o Legisla-

tivo e Judiciário. Ele afirmou também que o instrumento cogitado pelos partidos pode ter sucesso na Corte, dependendo da interpretação do plenário sobre o inciso XI do artigo 49 da Constituição Federal.

O dispositivo garante como de competência exclusiva do Congresso Nacional “zelar pela sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes”. O ministro Sepúlveda Pertence, do TSE e um dos dois que votou contra a verticalização, considera o Decreto Legislativo “um mecanismo eficiente para derrubar no Legislativo a decisão do TSE.

(Colaboraram Daniel Pereira e Carlo Iberê de Freitas)